

# Com a mão no próprio bolso

Cerca de 40% dos investimentos na produção virão dos empresários, calcula Iedi

ECONOMIA - BRASIL

Editoria de Arte

Valderez Caetano

BRASÍLIA

Por causa da queda lenta dos juros no primeiro quadrimestre deste ano e diante da expectativa do mercado de manutenção da taxa básica, a Selic, em 16% ao ano até dezembro, a economia brasileira deu a largada para fugir dos financiamentos bancários. Este ano, segundo cálculos de especialistas, dos R\$ 300 bilhões que serão investidos na economia — 20% do Produto Interno Bruto (PIB) — cerca de 40%, ou R\$ 140 bilhões, virão da aplicação de recursos próprios de empresários da indústria, do comércio e, principalmente, do agronegócio. Ou seja: a maior parte do crédito em 2004 não terá intermediação do sistema financeiro.

Pelas projeções feitas pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), apenas 10% dos investimentos em ampliação, modernização e compra de máquinas e equipamentos serão financiados a juros de mercado.

Além dos desembolsos próprios das empresas, os bancos oficiais se destacam no financiamento ao setor produtivo. Caixa Econômica Federal, BNDES e Banco do Brasil participarão com a metade do bolo dos investimentos, emprestando a taxas que variam entre 6% e 9,95% ao ano por intermédio de seus programas especiais.

— A economia está dando o primeiro passo para se livrar dos empréstimos bancários. Depois de conviver tanto tempo com juros altos, os agentes econômicos vão buscando alternativas para obter financiamentos — disse o presidente do Iedi, o economista Júlio Sérgio Gomes de Almeida.

## Mais garantias e menos impostos

• O economista lembrou, no entanto, que o juro básico do Banco Central (BC) sempre representará uma linha de corte para os investimentos de longo prazo no país. Ou seja, a Selic inibe uma queda muito acentuada das taxas de financiamento. Por isso, Gomes de Almeida afirma que o governo tem de dar sua parcela de contribuição para que a economia brasileira deslanche.

Além dos juros, diz o presidente do Iedi, desregulamentação e estímulo à criação de cooperativas de crédito, redução de impostos que

pesam sobre o mercado de capitais e implementação de medidas para dar maior garantia ao mercado de recebíveis (debêntures, por exemplo) são vitais.

Gomes de Almeida reconheceu que o governo vem fazendo esforços para oferecer um pouco de oxigênio ao consumo interno, ao criar as linhas de crédito com juros reduzidos — taxas de 6% ao ano — como os financiamentos com desconto em conta corrente. Eles já injetaram na economia, até o mês passado, quase R\$ 8 bilhões. Além disso, a Caixa Econômica Federal liberou, só no primeiro semestre deste ano, R\$ 17

bilhões do FGTS, contra R\$ 13 bilhões no ano passado. São adiantamentos do passivo dos Planos Collor e Cruzado. Mas isso não é suficiente:

— O banco tem de se tornar apenas uma das alternativas de financiamento — defende Gomes de Almeida.

Escaldados pelos inúmeros planos econômicos que fizeram de suas dívidas verdadeiras bolas de neve, os agricultores são os que mais estão buscando formas alternativas para financiar suas atividades produtivas. Pelos cálculos da Confederação Nacional da Agricultura

(CNA), o agronegócio tem uma demanda este ano equivalente à metade dos investimentos projetados para a economia. Cerca de 60% serão buscados nos bancos privados, segundo uma pesquisa feita pela própria CNA.

— Os bancos no Brasil têm pavor de emprestar para o setor produtivo. Os agricultores estão usando de expedientes até pouco ortodoxos para se autofinanciarem — disse Luciano Carvalho, do núcleo de economia da CNA, indicando como o setor pretende fazer frente a uma demanda muito superior à oferta de dinheiro no mercado.



\*\* Desembolso previsto para todo o ano de 2004, incluindo o realizado no primeiro semestre

\*\*\* Já realizado no primeiro semestre de 2004

Segundo Carvalho, os expedientes à mão são pouco ortodoxos. Um deles é a troca da produção pelo fornecimento de óleo diesel. Vários agricultores pagam aos postos de gasolina com grãos como soja, milho e arroz. As lavouras irrigadas são consumidoras intensivas do derivado de petróleo, explica o economista da CNA.

Muitos produtores também fazem contratos de gaveta com *trading companies* — grandes comercializadoras e intermediadoras de produção — que adiantam o dinheiro do plantio e recebem os grãos como pagamento. Dinheiro que faz a economia girar no campo e que não envolve o sistema bancário. Nas fábricas e no varejo, a situação não é diferente. Tirar recursos do próprio caixa e fazer os investimentos com o capital de giro — alongando o prazo para quitar débitos com os fornecedores — são algumas das estratégias para expandir os negócios.

## Pouco investimento estrangeiro direto

• Mas a mão forte do financiamento à produção ainda é o Estado. Segundo cálculos preliminares do Iedi, dos R\$ 300 bilhões que serão investidos na economia em 2004, em torno de R\$ 39 bilhões ficarão por conta do BNDES, o maior investidor do Brasil. Outros R\$ 36 bilhões serão aplicados pelo Banco do Brasil — o maior financiador da agricultura (do total, R\$ 27,9 bilhões serão para a agroindústria).

• A Caixa Econômica vai contribuir com cerca de R\$ 31,2 bilhões, financiando os segmentos de sua especialidade: saneamento básico e infra-estrutura, que já receberam R\$ 1,7 bilhão no primeiro semestre, e habitação, que impulsiona a construção civil e levou R\$ 2,4 bilhões entre janeiro e junho.

• Ao sistema financeiro privado caberá o empréstimo de R\$ 30 bilhões a juros de mercado. Além desse montante, outros R\$ 14 bilhões — que não entraram na projeção do Iedi pelas suas condições especiais e por seu caráter obrigatório — serão tomados pelo setor produtivo a juros de 8,75% por mês. Também será escasso este ano o investimento estrangeiro direto, recursos externos que são aplicados exclusivamente na atividade produtiva. Com previsão de ingresso de US\$ 10 bilhões, algo como R\$ 30 bilhões, eles representarão apenas 10% do investimento total. ■